

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 544 - Brasília, terça-feira, 16 de setembro de 1997

Lei Eleitoral deve ser votada hoje

Plenário decide regras para as eleições do ano que vem. Governo não financiará campanhas, se for mantido o texto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça na semana passada

Josaphat vê "iniquidade" contra os servidores

Lembrando que há mil dias o funcionalismo está sem reajuste, o senador Josaphat Marinho manifesta-se "inconformado" com a medida provisória que o presidente da República assinou na semana passada concedendo aumento a apenas sete mil servidores. Para Josaphat, o governo "cometeu uma iniquidade" ao "privilegiar" servidores ligados à área jurídica do Palácio do Planalto. Humberto Lucena e Lauro Campos também protestam contra a decisão. **Página 7**



Lúcio Alcântara pretende dar parecer em plenário sobre as emendas

O plenário do Senado deve votar hoje as regras para as eleições do ano que vem. O relator da proposta, senador Lúcio Alcântara, informou que pretende dar parecer em plenário sobre as emendas que forem apresentadas.

Alcântara emendou na CCJ o projeto que veio da Câmara, rejeitando o financiamento público para as campanhas eleitorais. Se prevalecer a legislação atual, os candidatos

poderão receber doações de empresas e pessoas físicas.

O senador Nabor Júnior disse ontem que a imprensa errou ao noticiar que o plenário teria aprovado o fim do segundo turno das eleições, assim como o projeto que poderia amenizar a pena para quem comete crime hediondo. A proposta de Lei Eleitoral foi debatida também por Epitácio Cafeteira e Ramez Tebet. **Página 3**

Cabral acusa jornal de publicar inverdade

O presidente da CCJ, Bernardo Cabral, explicou que é incorreta a informação divulgada pelo jornal *O Globo* de que a comissão teria aprovado, por descuido e à noite, projeto sobre o abrandamento da pena para crimes hediondos. A CCJ jamais se reuniu à noite e a triagem dos projetos votados foi feita por um grupo de senadores. **Pág. 5**



Cabral: articulistas foram induzidos a erro

Riscos do fenômeno El Niño

Hugo Napoleão cobra providências urgentes: "Preveem-se danos incalculáveis". **Página 4**



Josaphat: "tratamento desigual"

PERFIL

A partir desta edição, o *Jornal do Senado* publicará semanalmente o perfil de um senador, para que os leitores conheçam mais sobre sua atuação e suas idéias. Adotamos a ordem alfabética por estado e, assim, o primeiro é Flaviano Melo, do PMDB do Acre. **Página 5**

Reunião deve começar às 10 horas, com pauta cheia que inclui acordos bilaterais sobre bitributação de imposto de renda, assinado com a Suécia, situação irregular de pessoas, com a França, e transferência de presos, com a Espanha

CRE analisa hoje três projetos de decreto legislativo

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 37/97, que estabelece normas para as eleições"; "Projeto de Resolução nº 111/97, que autoriza o estado de São Paulo a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTSP, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em setembro de 1997"; "Projeto de Resolução nº 112/97, que autoriza o governo do estado do Maranhão a contratar, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Longo Prazo dos Estados, operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 100 milhões

COMISSÕES

9h - Comissão de Orçamento

Pauta: Reunião regional - Sudeste em Belo Horizonte. *Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais*

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PDL nº 62/97, que aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão da Pessoa em Situação Irregular, celebrado entre o Brasil e a França, em Paris, em 28.05.96"; "PDL nº 64/97, que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em Brasília, em 07.11.96, entre o governo do Brasil e o governo do Reino da Espanha"; "PDL nº 63/97, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas Verbalis, que prorroga por dois anos os artigos 10, parágrafos 2 e 5, 11, parágrafo 28, 12, parágrafo 28, e 23, parágrafo 3, da Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, de 25.04.75, celebrado entre o Brasil e o governo do Reino da Suécia, em Brasília, em 19.03.96. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Discussão da agenda para futuras reuniões e diligências e escolhas dos nomes dos próximos depoentes. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Exposição da secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Lúcia Vânia Abrão Costa. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - Subcomissão destinada a examinar a Política de Incentivos oferecidos às Empresas pelos Governos Estaduais (CAE)

Pauta: 1ª parte: Exposição do presidente-substituto da Comissão Técnica Permanente do ICMS, sobre "A atuação do Confaz na aprovação de incentivos à instalação de empresas nos estados"

2ª parte: Exposição de um representante da CNI sobre incentivos fiscais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (17.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Votação em primeiro turno da "PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição"; "PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social, instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e discussão em turno único do "PLS nº 31/

95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco Quinta-feira (18.09.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); e "PLC nº 156/93, que altera o art. 7º da Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural"; "Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFRS, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais"; "Projeto de Resolução nº 103/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29.12.95, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados"; "Projeto de Resolução nº 106/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 25 milhões de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (Ipea)

Sexta-feira (19.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (17.09.97)

9h - Comissão de Orçamento

Pauta: Reunião regional - Norte em Belém - PA. *Instituto de Desenvolvimento Socio-Econômico do Estado do Pará - Idesc - Av. Nazaré, 871*

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica"; "PEC nº 6/96, que torna o voto facultativo"; "PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país"; "PEC nº 24/96, que atribui competência legislativa concorrente à União, estados e Distrito Federal em matéria de Direito Penal e Processual Penal"; "PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e "PEC nº 12/96, que cria Tribunais Regionais Federais. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 66/96 (terminativo), que dispõe sobre a utilização, pelos usuários, das portas dianteira e traseira dos ônibus urbanos"; "PLS nº 32/97 (terminativo), que dispõe sobre o tratamento medicamentoso da dor em pacientes portadores de neoplasias comprovadas, por meio de entorpecentes; e "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

12h - Coordenação de Relações Públicas do Senado Federal

Pauta: Projeto Cultura ao Meio-Dia - Cinema, com a projeção do filme *Ed Mort Procurando o Silva*, de Alan Fresnot. *Audatório Petrónia Portella Quinta-feira (18.09.97)*

9h - Comissão de Orçamento

Pauta: Reunião regional - Centro-Oeste em Goiânia - GO. *Audatório Costa Lima da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), reúne-se esta manhã, a partir das 10h, para apreciar diversas matérias, destacando-se: o projeto de decreto legislativo, que tem como relator o senador Carlos Wilson (PSDB-PE), que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas Verbalis, que prorroga por dois anos artigos da Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos sobre a renda, de 25.04.75, celebrado entre o Brasil e a Suécia, em Brasília, em 19.03.96.

Analisa, também, o projeto de decreto legislativo, que tem como relator o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), que aprova o texto do Acordo Relativo à Readmissão de Pessoa em Situação Irregular, ce-



Sarney: projetos bilaterais

lebrado entre o Brasil e a França, em Paris, em 28.05.96, e outro, cujo relator é o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), que aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Presos, firmado em Brasília, em 07.11.96, entre o governo do Brasil e o governo da Espanha.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Repórteres da Agência Senado - Eli Teixeira, Teresa Cardoso, Suelly Bastos, Rita Nardelli, Lúcio Leal, Domingos Mourão, Monica Cocus, Gilberto Campos, Graça Henriques, Paulo Henrique, Jorge Frederico, Antonio Carabalo, Bernardete Barboza, Rafael Paixão, Alessandra Rocha, Fábio Lino, Anhouse Silveira, Márcia Magalhães e Beatriz Mendonça

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Lúcio Alcântara emendou o projeto na CCJ, rejeitando o financiamento público para campanhas eleitorais, prevalecendo o que já está estabelecido na legislação atual

Lei Eleitoral será votada hoje

O plenário deve votar hoje o projeto da nova Lei Eleitoral, com as normas para as eleições do ano que vem. O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), informou que pretende dar parecer em plenário sobre as emendas que forem apresentadas pelos senadores, o que possibilitará sua votação na sessão de hoje à tarde.

Lúcio Alcântara emendou na

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto oriundo da Câmara, rejeitando o financiamento público para campanhas eleitorais, prevalecendo a legislação atual, que permite a doação de empresas ou pessoas físicas a candidatos. O relator não concordou ainda em eliminar os votos em branco da contagem de votos válidos.

O projeto estabelece que o

presidente da República e os governadores candidatos à reeleição poderão participar de solenidades de inauguração de obras até às vésperas das eleições. Terão ainda direito de usar aviões ou carros oficiais durante a campanha eleitoral, desde que seus partidos pague pelo uso, com base em preços cobrados por empresas de táxi-aéreo ou de aluguel de veículos.

A propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e pela televisão, conforme o projeto, será reduzida de 60 para 45 dias. Fica ainda proibido no programa gratuito o uso de imagens externas ou truagens. Vários senadores pretendem apresentar emendas de plenário à proposição, na tentativa de alterar o texto aprovado na semana passada pela CCJ.



Fernando Bezerra: debates

Incentivos do Confaz em debate no Senado

A subcomissão destinada a examinar a Política de Incentivos oferecidos às Empresas pelos Governos Estaduais (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), realizará hoje, às 17h, uma exposição com o presidente-substituto da Comissão Técnica Permanente do ICMS, sobre "A atuação do Confaz na aprovação de incentivos à instalação de empresas nos estados".

A subcomissão ouvirá, em seguida, um representante da CNI sobre incentivos fiscais.

CRIANÇA

Já a CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reúne-se também hoje, às 17h, para ouvir exposição da secretária de Assistência Social do Ministério da Previdência, Lúcia Vânia Abrão Costa.

Haverá ainda hoje, às 17h, reunião da Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), para discutir a agenda dos trabalhos, bem como para estabelecer as diligências que a comissão fará e escolher os nomes dos próximos depoentes.

Nabor questiona fim do segundo turno

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) lamentou ontem, em discurso, que a imprensa às vezes noticia um projeto aprovado apenas por comissões como se ele tivesse recebido votação em plenário. Ele citou que, nos últimos dias, a imprensa deu como aprovados pelo plenário a proposta de emenda constitucional que acaba com o segun-



Nabor: resultado pode ser outro hoje

do turno nas eleições e o projeto que poderia amenizar a pena para quem comete crime

hediondo.

Nabor Júnior manifestou-se contra o fim do segundo turno das eleições para presidente, governadores e prefeitos de grandes cidades, lembrando que até agora foram realizados apenas dois pleitos pelo novo sistema. E lembrou que o projeto teve o parecer do relator aprovado por maioria de apenas um voto na CCJ.

Em aparte, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) as-

sinou que a proposta de lei eleitoral contém pontos polêmicos, como a possibilidade de os atuais governadores candidatos à reeleição convocarem cadeias de rádio e televisão, opção vetada aos seus adversários.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que disse estar estudando "com muita cautela" a proposta de fim do segundo turno, observou que a matéria poderá ser alterada em plenário.

Teotonio vê êxito do Brasil em Ação

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) disse que o governo de Fernando Henrique Cardoso está refundando o Estado brasileiro, "sem abrir mão do sonho de liberdades democráticas, de justiça e de ética na política". Ele destacou os primeiros resultados do programa *Brasil em Ação*, lançado pelo governo há um ano, que consiste em 42 projetos voltados para as áreas de infra-estrutura e desenvolvimento social, em que serão aplicados R\$ 54,3 bilhões, entre os anos de 1997 e 1998.

O PSDB no governo tem dado uma nova feição ao ato de governar. Sem alardes, até mesmo com certa discrição, esse programa vem sendo implantado sistematicamente e representa um novo modelo de desenvolvimento que está criando perspectivas e novas demandas, alargando os horizontes da economia



Teotonio: nova forma de governar

e da sociedade brasileira - afirmou.

Teotonio Vilela Filho esclareceu que a seleção dos projetos a serem beneficiados levou em consideração a capacidade de multiplicação de empreendimentos de cada um deles, capaz de gerar, a seu ver, novas demandas de outros investimentos no sistema produtivo brasileiro.

"Estamos perdidos com FHC", diz Lauro

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que, depois de três anos de desgoverno, o presidente Fernando Henrique Cardoso está celebrando o programa *Brasil em Ação*, o que, em sua opinião, "é uma confissão de que o país estava relegado à inação". Ele criticou a entrevista que o presidente deu à revista *Veja* e considerou incompreensível que ela não tenha tido grande repercussão.

Nada acontece. Não há resposta, indignação, aplauso, nada. É como se Sua Excelência fosse um ser da oposição - salientou o senador.

Lauro Campos afirmou que é tão grande a confusão emanada do centro do poder que o próprio presidente da República confessou que estava dando a entrevista para "convencer a sociedade de que está seguindo um rumo".



Lauro: imperialismo mesmo

Na opinião do senador, se após três anos de governo, ainda é preciso convencer o povo de que existe um rumo, "é porque estamos perdidos, com ele à frente".

Para o senador, depreende-se da entrevista do presidente que ele "pensa estar fazendo sozinho uma revolução". A seu ver, Fernando Henrique "finge não perceber que a globalização é o neomegalô que ele sempre chamou de imperialismo".

"Prevêem-se danos de proporções incomensuráveis e é bom que estejamos alerta", preocupa-se o senador desde já

Napoleão teme pelo Piauí com *El Niño*

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu ontem a necessidade de serem adotadas providências urgentes para reduzir os "efeitos alarmantes" que o fenômeno climático *El Niño* poderá trazer para o Nordeste e o Sul do país. "Prevêem-se danos de proporções incomensuráveis e é bom que estejamos alerta", advertiu ele.

Napoleão leu carta recebida do Instituto Nacional de Meteorologia, segundo a qual o estado de evolução do fenômeno já permite prever que o evento vai ser um dos maiores do século, em razão das



Napoleão: sinais preocupantes
anomalias de temperatura na superfície do mar em vários dias do mês de agosto passado.

Conforme o relato do senador, não é somente o *El Niño*

que prenuncia dificuldades para o seu estado, o Piauí. Mais importante, segundo lhe informou o instituto, é verificar o que está acontecendo agora no oceano Atlântico, relacionado ao fenômeno conhecido entre os meteorologistas como "dipolo de temperatura".

O instituto esclareceu a Napoleão que, quando o dipolo positivo é encontrado no Atlântico, como está acontecendo agora, as chuvas ficam mais de 40% abaixo do normal no Piauí. "Já se prenuncia o efeito dessa mudança meteorológica no meu estado, e isso é preocupante", disse o senador.

Flaviano adverte para conflito com índios

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) pediu ontem providências urgentes às autoridades brasileiras para o conflito entre índios e trabalhadores no seringal Alegria, no município acreano de Jordão. Um seringueiro foi morto por índios que vivem em cerca de 70 famílias que permanecem no local. Flaviano pediu policiamento para a região, alertando para a gravidade da situação em que brancos já estariam se armando para enfrentar os indígenas.

Ele se reportou a documento enviado pelo prefeito Espiridiano Júnior aos ministros do Exército e da Justiça, onde informa sobre os ataques e relata que, em menos de um ano, três pessoas já foram assassinadas: uma criança e dois adultos, tendo os dois primeiros assassinatos ocorrido no seringal São Paulo, na divisa com o Peru, onde 99% dos moradores já abandonaram a área. A última morte, no dia 8 passado, foi a do seringueiro Domin-



Flaviano: verbas paradas

gos Neves de Souza, do seringal Alegria, que recebeu duas flexadas, 36 golpes de terçado, teve um olho perfurado e outro arrancado, além da cabeça decepada.

Flaviano também dirigiu apelo ao governo para que decida sobre a liberação das verbas referentes às emendas dos parlamentares acreanos ao Orçamento para 1997, em execução. Ele disse que existem na CEF 98 projetos, cuja análise não pode ter andamento porque o órgão não dispõe do valor que será liberado.

Júlio Campos defende proteção para produtos derivados do leite

Uma política de estímulo à atividade agropecuária e, em especial, ao setor de laticínios foi defendida pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), ao advertir para os prejuízos com que vem arcando o setor ante a falta de medidas que protejam as iniciativas nacionais no contexto da abertura comercial vigente no país.

Júlio Campos quer, em relação aos produtos lácteos, a redução do prazo de financiamento das importações, a criação de um preço de pau-

ta de importação, a elevação da Tarifa Externa Comum (TEC) de 16% para 20% e a formação de um estoque regulador.

Essas medidas, conforme esclareceu, foram sugeridas pela Comissão Nacional de Pecuária de Leite, da Confederação Nacional da Agricultura, e podem minimizar as dificuldades do setor.

- Diante da concorrência em condições desiguais, as indústrias de leite em pó instaladas no Brasil vêm paulatinamente diminuindo sua participação no



Campos: concorrência desigual
mercado interno. A situação é ainda mais grave no caso dos fabricantes de queijo - disse o senador.

Relator do Orçamento corrigirá "distorções"

O relator da proposta de lei orçamentária anual para 1998, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), disse ontem acreditar que, "apesar das inúmeras restrições" à influência de parlamentares no Orçamento, várias distorções da proposta poderão ser corrigidas, "sem deturpar a política econômica do governo".

A afirmação foi feita durante a segunda reunião regional da Comissão Mista de Orçamento, realizada em Curitiba, no Palácio do Iguçu, com a presença do governador do estado, Jayme Lerner, do vice-governador de Santa Catarina, José Augusto Ilse, secretários estaduais de Planejamento e deputados federais.

A ausência de representantes do Executivo do Rio Grande do Sul foi lamentada pelo deputado Paulo Gouveia, em nome do presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

O relator convidou as bancadas federais do Paraná, San-

ta Catarina e Rio Grande do Sul para um trabalho conjunto de detalhamento dos principais projetos estaduais e regionais. O objetivo mais geral das reuniões, ressaltou, é exatamente o de "discutir, na sua origem, os problemas de populações tão diversificadas como as existentes no país".

A pedido do presidente e do relator da comissão, as assessorias técnicas da Câmara e do Senado apresentaram a estratégia da proposta do governo, com os números gerais de receitas e despesas, dando destaque às dotações referentes à região Sul.

Entre os subprojetos propostos pelo governo nos orçamentos fiscal e da seguridade social, R\$ 144,7 milhões caberão ao Paraná, R\$ 171,7 milhões a Santa Catarina e R\$ 211,5 milhões ao Rio Grande do Sul.

A terceira reunião regional da comissão será hoje, em Belo Horizonte.

Amin destaca êxito dos JUBs

O senador Espiridiano Amin (PPB-SC) afirmou que o esporte nacional precisa realizar sempre e com mais frequência eventos como os 46º Jogos Universitários Brasileiros (JUBs) - ocorridos recentemente em Santa Catarina -, cujo êxito ele destacou.

- É notório que o esporte eleva o nome do país e dá, sobretudo aos jovens, uma oportunidade de se realizarem como pessoas e como cidadãos. A prática desportiva também faz nascer os ídolos



Amin: esporte eleva nome do país
e consegue afastar muita gente dos acenos negativos da sociedade massificante em

que vivemos - lembrou o senador.

SUCESSO

O senador disse que o sucesso daquele torneio, "o mais concorrido e organizado já realizado no país", se deveu aos esforços do presidente da Federação Catarinense de Desportos Universitários, Pedro Henrique Dücker Bastos, bem como ao empenho do ministro dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, e da prefeita Ângela Amin, entre outras autoridades.

Alcântara critica Jequitinhonha na área da Sudene

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) criticou ontem a ampliação da área de atuação da Sudene, conforme projeto do Senado aprovado semana passada na Câmara. O projeto incluiu o Vale do Jequitinhonha e o norte do Espírito Santo.

- Identificados bolsões de pobreza, não é razoável que se queira agregá-los à Sudene - disse o senador.

Alcântara assinalou que não quer "antagonizar" com Minas Gerais e Espírito Santo, mas entende que a atuação da Sudene não pode ser alargada, porque o órgão vive dificuldades técnicas e financeiras.

Em aparte, Humberto Lucena (PMDB-PB) defendeu a revisão do projeto no Senado, lembrando que tramita na Câmara projeto de sua autoria estabelecendo preferência para aplicação na região Nordeste dos títulos da dívida pública.



Alcântara: "sem antagonismos"

blica. Epiácio Cafeteira (PPB-MA) disse que todo mundo quer fazer parte do Nordeste, mas não quer ser nordestino. Hugo Napoleão (PFL-PI) salientou que a Sudene está esvaziada e não tem recursos para atender a essas novas regiões. Também apartando, Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que o país precisa de desenvolvimento regional e Laurito Campos (PT-DF) criticou a globalização e o neoliberalismo.

Cabral reclama de erro em notícia de *O Globo*

Projeto sobre crime hediondo veio do Executivo, estava na pauta da CCJ e teve tramitação normal, como explicou o senador

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repudiou ontem em plenário informação do *O Globo* de que a CCJ teria aprovado, por descuido e à noite, projeto sobre o abrandamento de penas para crimes hediondos. Ele esclareceu que o projeto é da Presidência da República, e que antes de chegar ao Senado foi discutido e aprovado na Câmara.

- Primeiro, a CCJ jamais se reuniu à noite. Segundo, não admiti a quem quer que seja que a proposta tivesse sido aprovada por descuido meu. Terceiro, jamais disse que foram meus assessores que escolheram os projetos - assinou o senador, contestando a matéria do jornal.

Cabral explicou que a triagem dos projetos submetidos a votação foi feita por uma comissão composta pelos sena-



Cabral: noticiário todo errado
dores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Jefferson Péres (PSDB-AM), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Conforme Cabral, após a divulgação equivocada dos fatos pelo *O Globo*, vários articulistas foram induzidos a erro no fim de semana. O senador fez um resumo da tramitação do projeto no Congresso, observando que o presidente da República o enviou ao Legislati-

vo em julho de 1995, com uma longa exposição de motivos do então ministro Nelson Jobim.

Ele disse que, em junho de 96, o projeto foi aprovado pelos senadores Sérgio Machado (PSDB-CE), Esperidião Amin (PPB-SC), Jefferson Péres, Edison Lobão (PFL-MA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS), Josaphat Marinho (PFL-BA), Romeu Tuma, Antonio Carlos Valadares e o próprio Cabral. Em agosto daquele ano, a pedido do senador José Eduardo Dutra, o projeto voltou para reexame na CCJ, votação que ocorreu no último dia 10 de setembro.

- Como se vê, a matéria era do conhecimento dos membros da CCJ e a presidência colheu os votos de forma simbólica, porque as lideranças que haviam examinado a pauta a nada se opuseram.

PERFIL

Flaviano Melo

Pela Amazônia, a infância e a saída para o Pacífico

A busca de alternativas para viabilizar a reforma agrária no Brasil é uma das marcas da atuação parlamentar do senador Flaviano Melo, presidente do PMDB do Acre. Substituto a projeto de sua autoria com o objetivo de agilizar desapropriações para reforma agrária foi aprovado semana passada no plenário do Senado.

Quando decidiu candidatar-se à vaga de senador pelo Acre, Flaviano imaginava que era a melhor forma de trabalhar por sua terra. Depois de ter sido prefeito de Rio Branco e governador do Acre, sabia das dificuldades enfrentadas pelos administradores e da importância de se ter alguém em Brasília, com experiência e disposição suficientes para conseguir ajuda, especialmente fi-

nanceira, para o estado.

As principais bandeiras do senador são, além da reforma agrária, o desenvolvimento sustentável para a Amazônia, dentro de um amplo modelo de proteção ambiental, e a saída para os portos do Pacífico, por meio das BRs 364 e 317 (uma das principais esperanças da região).

Outra preocupação de Flaviano Melo é o trabalho infantil. São do senador o projeto que retira incentivos fiscais de empresas que se utilizam do trabalho de menores e o que introduz o ensino de noções sobre violência sexual e sobre os direitos da criança e do adolescente nos currículos escolares. Outro projeto seu prevê benefícios fiscais para as empresas que empregarem trabalhadores com idade superior a 40 anos.



Flaviano é terceiro-secretário da Mesa Diretora do Senado

Acreano de Rio Branco, Flaviano começou a vida pública nos movimentos estudantis da década de 60, em campanhas do MDB. Ainda jovem, assumiu a prefeitura da capital e, em seguida, o governo do es-

tado, tendo se destacado por seu estilo empreendedor e por ter revolucionado o estilo de administração, implantando o orçamento participativo.

Flaviano também investiu no desenvolvimento sustentável

do Acre, criando a Fundação de Tecnologia, o Instituto do Meio Ambiente e a Floresta Estadual do Antimari, voltados para um modelo de utilização racional da floresta.

Atualmente, Flaviano Melo é terceiro-secretário da Mesa Diretora do Senado e membro titular da Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização e da comissão temporária que trata da saída brasileira para o Pacífico. Integra, também, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a comissão destinada a acompanhar as propostas, teses e procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência da ONU sobre Assentamentos - Habitat 2.

Crescentes congestionamentos e índices alarmantes de poluição do ar preocupam o senador, que acha o rodízio um paliativo

Miranda pede investimento maciço no transporte urbano

A destinação de maciços investimentos em modernos, rápidos e eficientes meios de transporte de massa por parte das administrações estaduais e municipais foi sugerida pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM). Ele argumentou que tais providências "tornam dispensável o trânsito cotidiano e individual de veículos de uso particular nas praças, avenidas e nas ruas das grandes metrópoles".

Gilberto Miranda citou matérias publicadas pela imprensa em defesa do rodízio de veículos na zona central de São Paulo e da inclusão do transporte co-



Miranda: investimentos maiores

letivo no programa. Comentou também o destaque, pelos jornais, do aumento nos congestionamentos em Brasília e Rio de Janeiro, do crescimento da frota, de es-

tacionamentos irregulares e da falta de fiscalização policial.

O senador comentou que especialistas em questões de trânsito urbano defendem o rodízio como providência emergencial que está longe de representar solução definitiva para o problema. Para esse grupo, enfatizou o senador, seria necessário maior investimento em transporte público de qualidade, ao lado de programas de controle de emissão de poluentes, uma vez que as pessoas necessitam, prioritariamente, de opção que lhes permita usar menos o automóvel como meio de locomoção individual.

José Ignácio propõe crescimento planejado para pequenas cidades

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou proposta de emenda constitucional obrigando que as cidades com mais de cinco mil habitantes tenham um plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, como instrumento básico de política de desenvolvimento e de expansão urbana. Atualmente, a obrigatoriedade é para cidades de mais de vinte mil habitantes.

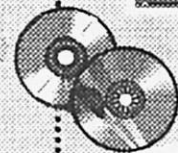
Na justificativa da proposta, o senador sustenta que é necessário criar maior comprometimento com o crescimento mesmo nas pequenas cidades, pois, a seu ver, há sinais de fixação de grande parcela da população rural nesses locais. Conforme explicou o senador, o plano diretor estabelecerá diretrizes de expansão urbana



José Ignácio: expansão racional

que nortearão o uso do solo em determinado período, podendo ser permanentemente atualizado.

Essa medida busca evitar os indesejáveis subprodutos da urbanização, que podem, descontroladamente, provocar catastróficos efeitos não só para o meio ambiente como também para a ordem social - argumenta José Ignácio.



Rádio Senado FM



24 HORAS NO AR

LEVANDO ATÉ VOCÊ: AS DECISÕES DO SENADO -
INFORMAÇÃO - MÚSICA - UTILIDADE PÚBLICA - CULTURA

Aumento de salários beneficiará servidores da área jurídica ligada ao Palácio do Planalto, reclama o senador, lembrando que o funcionalismo está com o mesmo vencimento há mil dias

Josaphat condena aumento a sete mil

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) manifestou-se ontem "inconformado" com a medida provisória que o presidente da República assinou, na semana passada, concedendo gratificações a cerca de sete mil funcionários públicos, configurando aumentos entre 62% e 251%. Para ele, o governo "cometeu uma iniquidade" ao "privilegiar" servidores da área jurídica ligada ao Palácio do Planalto.



Josaphat Marinho: iniquidade

Depois de lembrar que há mil dias o funcionalismo está sem reajuste, Josaphat Marinho afirmou que "ou o governo tem dinheiro e dá aumento a todos ou não tem e não se deve conceder o aumento", frisou.

O senador assinalou ainda que o governo feriu o princípio constitucional da igualdade,

sem contar que recorreu mais uma vez ao instituto da medida provisória "para um assunto que não é relevante e nem urgente".

- O governo se enfraquece perante a opinião pública toda vez que não dá tratamento igualitário ao funcionalismo. Foi um ato desrespeitoso - observou.

Assinalando que os funcionários beneficiados receberão a mais 136% na média, conforme notícias publicadas pelos jornais, Josaphat Marinho destacou que os servidores que ganharam as gratificações "já estão no topo do funcionalismo". Ele esclareceu que não é contra a concessão das gratificações.

Em aparte, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) reafirmou que considera inconstitucional o aumento dado a uma pequena parcela do funcionalismo e acredita que o STF poderá estender as gratificações ao restante dos servidores federais. Já Lauro Campos (PT-DF) lembrou que o ministro da Administração, Bresser Pereira, anunciou a intenção do governo federal de demitir 107 mil servidores.

Benedita quer isenção para aposentado idoso

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou projeto de lei que concede isenção de pagamento de impostos federais para o aposentado com idade superior a 65 anos e que tenha como única fonte de renda proventos de valor igual ou inferior a R\$ 600 por mês.



Benedita: "campeão de injustiça"

Ela enfatiza, na justificativa do projeto, que a isenção vai minimizar a situação a que estão sujeitos os aposentados, uma vez que os tributos, a seu ver, são o encargo que mais pesa no bolso do brasileiro.

Benedita da Silva disse que a maioria dos aposentados assalariados não consegue,

com os atuais proventos, habitar, comer e cuidar da saúde com dignidade. Conforme destacou, a má distribuição de renda leva o Brasil a ostentar o título de campeão mundial de injustiça social.

Valmir acusa falsa filantropia de só lesar cofres públicos

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) condenou ontem o surgimento de uma verdadeira legião de entidades filantrópicas de fachada, cujo objetivo, assinalou, não é prestar serviços à comunidade, mas tão-somente lesar os cofres da União, "quando não, acobertar a lavagem de dinheiro sujo e o enriquecimento ilícito de seus dirigentes". Ele disse que essas entidades já causaram prejuízos superiores a R\$ 15 bilhões ao INSS, por meio de renúncia fiscal garantida em lei.



Valmir: filantropia de fachada

Valmir culpou a combinação de ganância desenfreada, facilidade de burlar leis e normas mal produzidas pela existência da já noticiada "farras das entidades filantrópicas". O senador concordou com o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, ao classificar a Lei 8.212, que regula a seguridade social, como "extremamente benevolente com as entidades filantrópicas".

O senador considerou injus-

to, entretanto, "jogar na vala comum" entidades filantrópicas que vêm efetivamente prestando significativos serviços à sociedade brasileira, dando assistência aos segmentos marginalizados, tais como os idosos carentes, as crianças abandonadas, as mães solteiras e os excepcionais.

Valmir concluiu dizendo ser urgente a punição de entidades filantrópicas que "prejudicam, comprometem e aviltam a filantropia verdadeira, voltada para os elevados preceitos de solidariedade e amor ao próximo".



Marluce: discriminação na lei

Doméstico também merece amparo, diz Marluce Pinto

Projeto apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) estabelece que o benefício do auxílio-acidente será estendido ao empregado doméstico. Na sua opinião, a atual legislação é injusta ao negar esse direito ao empregado doméstico, à medida que o mesmo benefício é garantido aos demais segurados da Previdência Social.

Marluce Pinto afirma, na justificativa do projeto, que é obrigação do Estado a promoção do bem de todos, sem qualquer tipo de discriminação. "Excluir os segurados domésticos do benefício do auxílio-acidente caracteriza uma atitude preconceituosa em relação a uma classe de trabalhadores que há bem pouco tempo conquistou alguns direitos", disse.

TV SENADO HOJE

- 7h - Entrevista com o senador Francelino Pereira (PFL-MG) sobre a Lei Eleitoral em votação no Senado (reapresentação)
- 8h - Debate entre a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e a deputada Alzira Everton (PSDB-AM) sobre paternidade responsável (reapresentação)
- 9h30 - Entrevista com o senador Francelino Pereira (reapresentação)
- 10h - Comissão de Relações Exteriores (ao vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
- Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos - subcomissão destinada a examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais (pré-gravada)
- 20h30 - Noticiário "Congresso Hoje"
- 20h40 - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 1h - Debate sobre "guerra fiscal" (reapresentação)
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 9h - Reunião da Comissão Mista de Orçamento em Belo Horizonte (ao vivo) Pauta: prioridades da Região Sudeste no Orçamento de 1998
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em Revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 24h - Sessão plenária (retransmissão)
- 3h - Música e informação até as 7h30

Para o senador, a medida trará benefícios tanto para as instituições financeiras como para os compradores de imóveis financiados

Hollanda defende novo sistema de habitação

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem a aprovação pelo Senado do projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que cria o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI). Na sua opinião, a implantação desse novo sistema habitacional trará benefícios tanto para as instituições financeiras, que terão facilitada a retomada do imóvel em casos de inadimplência, como para os compradores, que poderão renegociar suas dívidas.

Outros aspectos positivos apresentados por Hollanda são a redução dos custos de financiamento e a securitização dos créditos imobiliários por agentes autorizados pelo Banco Central, podendo esses créditos constituírem-se em capital separado do capital da companhia securitiza-



Hollanda: garantias ao comprador

dora. Assim, esse dinheiro estaria isento de qualquer ação judicial na hipótese de essa empresa sofrer problemas de liquidez.

O senador Joel de Hollanda considerou um avanço a instituição da alienação fiduciária

para coisa imóvel, o que facilita a retomada do bem, pelo credor, quando o contrato de venda não for honrado pelo comprador.

Outra vantagem refere-se à garantia do comprador inadimplente recuperar parte do que pagou. "O imóvel deve ser leilado imediatamente e a diferença entre o valor auferido na venda e a dívida remanescente será restituída ao comprador anterior", afirmou.

Diversos outros benefícios advirão dessa nova lei: o financiamento de imóveis de qualquer valor, a livre contratação das condições de financiamento, tais como prazos, taxas, juros e formas de reajuste, a possibilidade de acesso ao financiamento por proprietários de outros imóveis, entre outros - completou.

CARTAS

"Parabéns à equipe do *Jornal do Senado* pelo trabalho que permite o acesso a informações sobre as atividades do Senado, garantindo maior transparência ao Poder Legislativo."
Márcia Guedes Vieira (Brasília-DF)

"Solicito a remessa do *Jornal do Senado* para meu endereço, pois, como estudante de Direito, o veículo será um valioso meio de informação e de atualização."
Tharlan Zacchi Souza (Castelo-ES)

"Cumprimento o Poder Legislativo pela oportuna e importante publicação do *Jornal do Senado*. Gostaria de receber esse jornal regularmente, para que eu possa acompanhar a tramitação das matérias no Congresso e transmitir aos congressistas os anseios e preocupações da sociedade em relação às propostas em debate no Legislativo."
Paulo Covolan Biazus (Itaberaba-BA)

"Solicitamos a inclusão da Associação Brasileira de Amistados Políticos (Abap) no cadastro de assinantes do *Jornal do Senado*, que consideramos uma excelente publicação."
Carlos Fernandes - presidente (Brasília-DF)

"Quero parabenizar o brilhante trabalho da Secretaria de Comunicação Social do Senado pela iniciativa de dar transparência aos trabalhos dos senadores através da edição do *Jornal do Senado*."
Dirceu Alceu Mocelin (Florianópolis-SC)

"Em visita ao Congresso Nacional, tomei conhecimento do *Jornal do Senado*, que publica matérias interessantes. Como consultora empresarial e professora universitária, gostaria de receber os exemplares desse prestigioso informativo."
Marina Mendes Gomide Leite (Belo Horizonte-MG)

"Estou cursando o 2º ano do 2º grau e acompanho o sério trabalho que o Senado vem desenvolvendo através da TV Senado e de "A Voz do Brasil". Gostaria de acompanhar esse trabalho também pelo *Jornal do Senado*."
Peço, ainda, uma lista com os nomes e endereços dos senadores, para que eu possa comentar os discursos parlamentares."
Bernardo Franco Vianna (Belo Horizonte-MG)

"Parabéns à equipe do *Jornal do Senado* pelas excelentes matérias publicadas. O veículo está sendo muito útil para mim e para meus amigos que gostam de saber o que acontece no Senado."
Sinceros cumprimentos também ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pelas medidas tomadas para organizar essa Casa legislativa."
Gilmar Álvares Fernandes (Francisco Morato-SP)

"Quero elogiar a iniciativa democrática de tornar transparente a rotina dos trabalhos do mais dileto parlamento legislativo brasileiro. Aproveito para pedir a inclusão de meu nome na lista de assinantes do *Jornal do Senado*, prontificando-me a arcar com as despesas postais, caso necessário."
Luís Fernando Ferreira de Barros Oberg (Campinas-SP)

Aos leitores: Os pedidos dos leitores serão atendidos. A assinatura do *Jornal do Senado* é feita sem ônus para o assinante.

Simon sugere que Executivo assumira memória de Vargas

Projeto apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) autoriza o Poder Executivo a assumir, como depositário legal, o acervo histórico e pessoal - objetos e documentos - do ex-presidente Getúlio Vargas que hoje se encontram sob a guarda de seus familiares e amigos, e que sejam por eles disponibilizados com aquela finalidade.

A proposição, que já está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para apreciação terminativa, também autoriza a União a constituir o Memorial Vargas, que deverá abrigar o acervo do ex-presidente.

O projeto estabelece ainda que o Executivo deverá selecionar um prédio públi-

co, dentre aqueles ligados à vida de Getúlio Vargas, para sede do memorial. Não havendo um edifício disponível, deverá ser estudada a construção de um com essa destinação.

Simon argumenta, na justificativa do projeto, que a neta de Getúlio, Celina Vargas do Amaral Peixoto, já manifestou a intenção de dispor dos pertences do ex-presidente para que sejam incorporados ao memorial. Ele explica que o acervo em questão "poderá ser acrescido de documentos e objetos preservados por outros cidadãos".

- Creio ser esta uma oportunidade ímpar para que os poderes Legislativo e Executivo compartilhem iniciativa que será grandemente apoiada e reconhecida pela opinião públi-



Simon: opinião pública apoia

ca em geral e, em particular, pelos trabalhadores, que tiveram em Getúlio Vargas uma das expressões mais altas da defesa de seus direitos e sua efetiva integração à vida deste país - disse Simon.